

LA CRISIS BRASILEÑA: NADA SERÁ COMO ANTES, MAÑANA

BRAZILIAN CRISIS: NOTHING WILL BE AS USUAL, TOMORROW

Fabio de Oliveira Maldonado

Magíster en el Programa de Postgrado en Integración de América Latina de la Universidad de San Pablo (PROLAM-USP). Miembro del Núcleo de Trabajo e Investigación sobre Praxis y Dialéctica (Núcleo Praxis), vinculado al Laboratorio de Economía Política e Historia Económica de la Universidad de San Pablo (LEPHE-USP). También es miembro del Núcleo de Estudios sobre el Capitalismo Dependiente (NECAD).

Correo: fabio.oliveira.maldonado@gmail.com

RESUMEN

Las inquietudes presentes en la reflexión de este artículo provienen de la complejidad actual de la crisis brasileña, entendida como una crisis política, económica y que, progresivamente viene ganando contornos de crisis social. A partir de ese tema más general, entendemos que es necesario dejar de lado los análisis coyunturales y repensar algunos rasgos estructurales del capitalismo dependiente brasileño. De este modo, al poner en cuestión el proceso histórico de inserción de Brasil en la nueva etapa del sistema capitalista, principalmente a partir de la década de 1990, el período que corresponde al gobierno del Partido de los Trabajadores aparece bajo otra óptica. En este sentido, partiendo de la crisis actual, el objetivo de este artículo consiste en dar explicaciones más estructurales sobre las causas y consecuencias de las manifestaciones de junio de 2013, presentándolas como un marco de referencia para la comprensión del golpe ocurrido en el país y del momento actual.

Palabras clave: Capitalismo dependiente; crisis brasileña; Partido de los Trabajadores; las manifestaciones de junio de 2013.

ABSTRACT

The concerns in the reflection of this article stem from the current complexity of the Brazilian crisis, understood as a political and economic crisis, and which has been progressively gaining the edge of social crisis. Starting from this more general theme, we consider necessary to put aside the conjunctural analyzes and rethink some structural features of Brazilian dependent capitalism. Thus, in questioning the historical process of insertion of Brazil into the new stage of the capitalist system, especially since the 1990s, the period corresponding to the Workers' Party government appears in another perspective. In this sense, starting from the current crisis, the objective of this article is to give more structural explanations about the causes and consequences of the demonstrations of June 2013, presenting them as a reference framework for understanding the coup occurred in the country and the current moment.

Keywords: Dependent capitalism; Brazilian crisis; Workers Party; demonstrations in June 2013.

Em volta dessa mesa velhos e moços, lembrando o que já foi.
Em volta dessa mesa existem outras, falando tão igual.
Em volta dessas mesas existe a rua, vivendo o seu normal.
Em volta dessa rua uma cidade, sonhando seus metais.
Em volta da cidade...
Milton Nascimento & Fernando Brant. Saudade dos aviões da Panair.

Introdução

Em 2017, o cenário do Brasil, sob o governo ilegítimo de Michel Temer - alçado ao cargo através de um golpe legislativo -, que tem os índices de aprovação mais baixos da história, se encaminha para ser imprevisível e incontrolavelmente explosivo. O país combina uma das mais graves crises econômicas de sua história, a mais grave crise política desde a redemocratização e caminha para uma crise social sem precedentes. Para dar conta de entender esse cenário complexo e instável, nos parece ser necessário ir além das observações conjunturais, afastar a lente e fazer um esforço de resgate histórico do papel que o Brasil foi chamado a cumprir na divisão internacional do trabalho nas últimas décadas. À luz da inserção do país no sistema capitalista mundial, o significado e os limites dos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são recolocados de maneira mais clara.

Desse modo, este artigo parte de uma análise mais geral, retomando a reconfiguração do capitalismo mundial e a atual etapa do capitalismo dependente brasileiro, busca entender o papel e os limites do “neodesenvolvimentismo” dentro desse período histórico e, então, munido de uma compreensão mais global, elabora uma reflexão sobre as causas e consequências das multitudinárias manifestações de junho de 2013, bem como os seus desdobramentos para o país. Entendendo que o tema geral dessa ampla reflexão se refere a “crise brasileira”, suas raízes e possíveis tendências, este artigo consiste no primeiro movimento de sistematização de um período histórico complexo, controverso e volúvel, no qual o ar parece ser rarefeito e a roda do tempo girar em outra velocidade. Diante da abrangência e complexidade do tema, nos deteremos nas consequências de junho de 2013 como um marco disruptivo que anuncia a crise do lulismo. O processo eleitoral do ano seguinte, demonstra os primeiros efeitos dessa crise que, em realidade, consiste na crise do sistema político combinado ao aprofundamento da crise econômica. No entanto, não avançaremos na análise das eleições por entendermos que ela não deve estar dissociada do movimento golpista que vem em seguida. Nesse sentido, o objetivo desse artigo consiste em demonstrar as raízes dessa crise que, tem como marco os eventos de junho.

A atualização da dependência no Brasil

Para entender a importância e magnitude das manifestações do mês de junho como consequência de uma lógica interna, isto é, sem entendê-la como um *Deus ex-machina* e, ao mesmo tempo, sem recair numa crítica pouco efetiva, que oscila do ufanismo a melancolia ou ao ressentimento¹, é fundamental olhar os governos Lula e

¹ Algumas “análises” das jornadas de junho assinalam que as manifestações foram organizadas previamente - inclusive desde fora do país - para desestabilizar os governos petistas ou mesmo acabar com o campo de esquerda. Outras, mais melancólicas, se ressentem que a juventude que saiu às ruas, não soube valorizar as conquistas sociais do último período ou então que foi manipulada pela direita.

Dilma a partir de outra lente, ou seja, a partir daquilo que eles realmente foram. Para isso, antes de mais nada, devemos entender qual é a atual etapa do capitalismo e qual o papel que o Brasil foi chamado a cumprir nesse período histórico.

A partir da reconfiguração do sistema capitalista em função de sua crise estrutural na década de 1970², com o fim do Acordo de Bretton Woods e do padrão ouro-dólar³ e, como consequência, o progressivo dismantelamento do estado de bem-estar social nos países do centro e a predominância das finanças sobre a produção - em que a valorização dos capitais fictícios passou a ser o caminho mais seguro para a acumulação capitalista -, as relações entre centro e periferia foram progressivamente se modificando. Diante da ofensiva do capital internacional na década de 1980 e 1990, os países dependentes latino-americanos e suas burguesias tiveram que calibrar a sua inserção subordinada no sistema mundial, assentando as bases internas para “estar em dia” com as exigências dessa nova quadra histórica, o que na prática, correspondeu ao fim do padrão de reprodução industrial e a adoção de um padrão de reprodução exportador e de especialização produtiva⁴. Dessa maneira, de acordo com Leda Paulani (2017), após a crise da dívida e a “década perdida”, nos anos 1980, o Brasil adentra na década seguinte buscando se adequar a uma nova realidade - em que o capital busca, cada vez mais, valorizar-se sem a mediação da produção -, para funcionar como uma plataforma de valorização financeira internacional. Esse período representa, com efeito, a crise terminal da industrialização através do processo de substituição de importações e o início de um largo processo de desindustrialização no Brasil e na América Latina.

A vitória de Fernando Collor de Mello, na primeira eleição direta para a presidência da República após a redemocratização do país, em 1989, contra o ex-líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, inaugura a hegemonia do discurso neoliberal no Brasil e dá início a alguns processos de privatização que marcarão a inserção do país nessa nova etapa da dependência. Em 1992, após o impedimento de Collor, o governo provisório de Itamar Franco toma medidas mais contundentes para inserir o país no circuito de valorização

Nenhuma delas apreende o movimento do real, e nem se propõe a isso, pois, caso contrário, chegariam a conclusão de que o petismo não é vítima, o que supõem resoluções políticas diferentes das que vinham sendo levadas.

2 Cf. Robert Brenner. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003. Cf. István Mészáros. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2012.

3 Cf. Barry Eichengreen. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012.

4 A indústria entra em um processo de especialização em setores intermediários e deixa de ser o principal centro dinâmico da acumulação capitalista dependente, que se desloca para a produção agropecuária e mineral, para os ganhos, sobretudo especulativos nos mercados financeiros, e para esses bens intermediários que, muitas vezes, são componentes de outros bens industrializados produzidos em outros países e cujo domínio tecnológico e patente estão concentrados nos países centrais. Na prática, em efeito, os países dependentes entram em um período de desindustrialização. Cf. Jaime Osorio. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo: 2012. Cf. Jaime Osorio. *Teoría Marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. Cf. Carlos Eduardo Martins. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

financeira internacional: a diretoria da área externa do Banco Central do Brasil (Bacen) se encarregou de promover a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e abrir o fluxo internacional de capitais, além disso, o governo alterou o funcionamento das contas CC5, que retirava os entraves para o envio de remessa de dinheiro ao exterior⁵. Ainda durante o governo Itamar Franco, surge o Plano Real como medida necessária e urgente para a estabilização monetária e controle do alto índice de inflação. Em realidade, apesar da abertura financeira já realizada, o descontrole inflacionário inviabilizava a atração de capitais externos de curto prazo⁶. Assim, ao domar a inflação, o Plano Real pavimentava o caminho interno para a valorização do capital financeiro internacional e abre espaço para as demais reformas que seriam realizadas posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, de acordo com Leda Paulani (2017, p. 96-7), a “abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real”.

Em 2000, foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No bojo da renegociação de Fernando Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI), devido à desvalorização do real em janeiro de 1999, a LRF é responsável por garantir uma hierarquia nos gastos públicos, priorizando o pagamento dos detentores de ativos financeiros emitidos pelo Estado, isto é, o credor financeiro, em detrimento dos gastos com políticas de renda, com políticas públicas, de modo geral, e com investimentos públicos. Na prática, a austeridade financeira vira uma lei de bronze que o Brasil deve respeitar religiosamente, afim de garantir a “credibilidade internacional”. Ademais, o governo FHC implementou a Reforma da Previdência para os trabalhadores dos setores privados.

Como é possível observar, para consolidar o Brasil enquanto plataforma de valorização financeira internacional e readequá-lo às exigências para a sua reinserção na divisão internacional do trabalho, todo um modelo institucional de direitos herdados desde o período de Getúlio Vargas deveria ser destruído, como chegou a declarar Cardoso. Nesse sentido, a ideologia da modernização e da redução do tamanho do Estado - componentes da *ideologia da dependência* nessa nova etapa do capitalismo dependente -, tinham como objetivo colocar um véu sobre o fundamental da relação entre o Estado e o setor privado, a saber, que a orientação do Estado deveria ser alterada não em função de sua eficácia ou ineficácia (ou de sua propensão à corrupção, etc.), mas para propiciar um bom ambiente para os negócios e garantir a rentabilidade do capital financeiro nacional e internacional, especialmente através da dívida pública. Dizendo de

5 Ao permitir o depósito de recursos em moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não residente, o Bacen abriu a possibilidade para que qualquer agente remetesse um montante de dinheiro em moeda forte ao exterior. Cf. Leda Paulani. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2017.

6 “Nessas condições, complicava-se sobremaneira o cálculo financeiro que comanda a arbitragem com moedas e a especulação visando a ganhos em moeda forte (a taxa de câmbio real e a taxa real de juros sofrem contínuas oscilações)”. Leda Paulani. *op. cit.*, p. 133.

outro modo, o Estado passaria a funcionar como “aspirador de renda real”⁷, da riqueza produzida pelos trabalhadores, direcionando-a para o circuito financeiro internacional.

Desse modo, a configuração de um novo padrão de reprodução do capital reafirma o Brasil enquanto produtor de matérias-primas e alimentos, especializa sua indústria em setores intermediários de média e baixa tecnologia (enterrando o processo de substituição de importação e, em realidade, inaugurando um período de desindustrialização) e assenta as bases para que o país faça parte do circuito internacional de valorização financeira. Na prática, a inserção subordinada nessa nova etapa do capitalismo aumentou o grau de dependência do país e o grau de dependência da burguesia local; foi responsável pela estagnação da economia e, mais do que isso, por sua piora qualitativa, rebaixando o país na divisão internacional do trabalho; garantiu transferências de valor cada vez maiores para os países imperialistas e suas burguesias (agora facilitadas pela livre circulação do capital financeiro); como consequência, teve um impacto sem precedentes no mundo do trabalho, a partir de uma reestruturação do mundo laboral que significou o aumento da superexploração do trabalho⁸, do subemprego e do desemprego⁹; culminando na intensificação da fratura social, consolidando a pobreza absoluta, a desigualdade, a fome, a violência urbana e a

7 Cabe dizer que esse não é um expediente novo. Basta lembrar do capítulo 24, “A assim chamada acumulação primitiva”, do livro I d’O Capital de Karl Marx, para entender que o papel da dívida pública na acumulação primitiva teve um papel fundamental. “Nos países ditos emergentes, transformados em plataformas de valorização financeira internacional, o Estado não só produz volumes substantivos desse ‘capital caído do céu’, para usar os termos de Marx, como garante, pela imposição de metas elevadíssimas de superávit primário, a extração de renda real necessária para ‘honrar’ o serviço desse capital fictício, cujo preço ele mesmo fixa. A arquitetura financeira internacional, baseada numa moeda puramente fiduciária, sanciona mundo afora a valorização fictícia desses capitais fictícios, aumentando a pressão sobre os Estados nacionais periféricos para que funcionem como aspiradores de renda real ainda mais violentos”. *Ibid.*, p. 64-5.

8 De acordo com Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalho consiste em três mecanismos: “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento do mais-valor, logrado através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se pode dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento do mais-valor absoluto em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia que assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal, pelo qual ‘o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, no fundo de acumulação de capital’, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente [...]. Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva”. Ruy Mauro Marini. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1982, p. 38-40.

9 “A partir dos anos oitenta, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas sofreu uma ininterrupta escalada, estabilizando-se, na entrada do novo milênio, pouco abaixo da faixa dos 20%, patamar que se revelaria relativamente imune às mudanças da conjuntura econômica. A estabilização da participação relativa do subemprego na ocupação e a eclosão do problema do desemprego aberto vieram acompanhadas de um processo de precarização do emprego, fenômeno associado ao movimento de desassalariamento e de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade. O aumento exponencial do número de ocupados sem carteira assinada e a diminuição dos postos de trabalho na indústria – que congrega a nata da classe operária – são expressões de tal processo”. Plínio de Arruda Sampaio Jr. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017, p. 77.

violência de Estado; culminando, enfim, na barbárie. Em suma, a reestruturação econômica, política e social pela qual passou o Brasil, em particular, e a América Latina, em geral, significaram não a “modernização” do país, mas justamente o seu contrário, o aprofundamento da dependência e a reafirmação de um padrão de luta de classes e de autoritarismo do Estado já conhecidos.

A chegada do PT à presidência

O surgimento do Partido dos Trabalhadores¹⁰ corresponde a um processo histórico de crise da autocracia burguesa e de seu modelo econômico, isto é, de crise político-econômica da ditadura civil-militar que, de modo mais geral, coincidia com a crise final da “era de ouro” do capitalismo. Congregando o novo movimento sindical, surgido a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final dos anos 1970, movimentos populares, intelectuais e artistas de esquerda, o movimento eclesial de base (setores progressistas da igreja católica) e militantes e organizações que lutaram contra a ditadura militar, o PT se torna nos anos 1980 uma referência de esquerda, no bojo do processo de redemocratização do país, e um ator importante no processo constituinte que culminou na chamada “Constituição cidadã”, em 1988.

Após três derrotas presidenciais seguidas (1989, 1994 e 1998) - sendo irremediavelmente dolorida a derrota de 1989, em que toda a esquerda brasileira encontrava-se em ascensão e na ofensiva - Lula, maior liderança do partido, é eleito Presidente da República, em 2002. A eleição de um ex-metalúrgico e ex-líder sindical, oriundo do nordeste do país como tantas e tantos brasileiras e brasileiros, pelo maior partido de esquerda do continente, era uma das maiores conquistas da classe trabalhadora brasileira em sua história. Certamente, as condições do Brasil encontradas pelo presidente recém-eleito não eram as mesmas de 1989¹¹, mas, por outro lado, tampouco eram iguais o PT e a sua liderança máxima: foi nesse entretanto de 13 anos que a União Soviética acabou e o neoliberalismo se tornou hegemônico ou, em outras palavras, que o capitalismo se impôs globalmente, afirmando uma nova etapa de seu padrão de acumulação.

Se a esquerda entrava em uma etapa de declínio no mundo, no Brasil o Partido dos Trabalhadores se consolidava como o maior partido de esquerda da América Latina e como referência no combate ao neoliberalismo – ainda que os trabalhadores estivessem

¹⁰ Não é o nosso objetivo fazer uma discussão aprofundada sobre o Partido dos Trabalhadores. Para um estudo com mais rigor sobre a história e as mudanças do partido, remetemos a outros trabalhos: Cf. Lincoln Secco. *História do PT: 1978-2010*. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 2011; Cf. Mauro Iasi. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017; Cf. Mauro Iasi. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; Cf. Fabio Luis Barbosa dos Santos. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2017. Para uma visão mais ampla e crítica sobre o período de transição da ditadura civil-militar e a constituição e o papel do Partido dos Trabalhadores nesse processo, Cf. Pedro Fassoni Arruda. *Partidos políticos e disputa eleitoral no Brasil*. São Paulo: EDUC, 2016.

¹¹ Lula é eleito na esteira do fracasso do governo de Fernando Henrique Cardoso, que avançou até o limite do possível o programa neoliberal. O PT assume o governo com o país sendo o segundo mais desigual do mundo, com alta inflação e um dos maiores juros do mundo, desemprego galopante, aumento na superexploração do trabalho, na flexibilização dos direitos dos trabalhos e no subemprego e um período de defensiva/resistência dos movimentos sociais diante da aparente inevitabilidade do “fim da história”.

na defensiva. A partir da crise econômica brasileira que minou o governo FHC, Lula é eleito como esperança para imprimir um novo rumo ao país. No entanto, como foi dito, o PT de 2002 não era o mesmo PT de 1989, e esse, como veremos, não é um dado menor. O partido havia passado por uma longa metamorfose que, da negação da ordem burguesa, vigente na sua origem e inscrita em seu programa Democrático e Popular no V Encontro Nacional, em 1989, passava a buscar as mudanças dentro dos limites dessa ordem - nas palavras de Florestan Fernandes (2014), propunha uma revolução dentro da ordem. De acordo com Mauro Iasi (2017), os germens dessa metamorfose estão contidos na própria formulação do programa democrático-popular. Segundo o autor, haveria uma sorte de etapismo no programa que, apesar de afirmar como meta o socialismo, entendia haver a necessidade de uma mediação democrática e popular que acumulasse forças para dar o passo seguinte. Esse acúmulo de forças, por seu turno, se daria no terreno democrático através da luta social e das eleições¹².

Como ilustração da metamorfose progressiva do partido, é interessante observar o que diz a resolução do 12º Encontro Nacional do PT, de 2001:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social - portanto, distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo. (12º Encontro Nacional (2001), p. 38 apud IASI, 2017, p. 306).

Como é possível perceber, a necessidade do acúmulo de forças está presente nessa formulação, já bastante recuada. O arco de forças sociais que dariam suporte para a realização de mudanças estruturais exige um apoio amplo, apontando para além dos setores populares, e não somente englobando os “empresários produtivos de qualquer porte”, como propondo “previsibilidade” para que eles prosperem, deixando de fora, por

12 “Vejam os quais são os aspectos formais e os mais fundamentais da formulação Democrática e Popular e até que ponto temos mudanças e permanências. Pelo que foi exposto, os elementos que embasam a proposta democrática e popular são: a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem desigualdades regionais e sociais e que é marcado pela marginalização dos setores populares do espaço político; b) um Estado burguês que, historicamente, assumiu uma feição predominantemente coercitiva e que, com a abertura democrática, abre a possibilidade de uma real ampliação da política para os ‘de baixo’; c) a impossibilidade de uma passagem imediata ao socialismo, o que implica em uma política de acúmulo de forças; d) esse acúmulo de forças se fundamenta na organização das demandas populares a serem apresentadas, tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que, ao se chocar com o caráter autocrático do Estado Burguês, levaria a uma ruptura (em uma aproximação [de Florestan Fernandes]), ou que, devido ao fortalecimento da sociedade civil, poderia levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo (em outra [de Carlos Nelson Coutinho]); e) o terreno dessa luta seria o da democracia e os principais instrumentos seriam as lutas sociais e a participação nas eleições que, combinadas, levariam, numa determinada alteração na correção de forças, a pontos institucionais que poderiam desencadear as reformas radicais”. Mauro Iasi. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017, p. 307.

outro lado, os setores rentistas e especuladores. Nessa linha, a radicalidade original da estratégia, que propunha um programa contra os monopólios, o imperialismo e o latifúndio, se subordina a necessidade do acúmulo de forças¹³ e não o contrário. A contradição aparentemente insolúvel presente na resolução do 12º Encontro Nacional - a ampliação do arco de aliança em direção aos empresários produtivos “de todos os portes” e uma política que dê previsibilidade para a acumulação de seus capitais são diretamente antagônicas a radicalidade das transformações sociais - se resolveu, na prática, com a moderação do programa.

Com efeito, o *aggiornamento* do PT ao neoliberalismo era questão de tempo ou, para os mais severos, era apenas uma questão formal. A “*Carta ao Povo Brasileiro*”, apelidada pela própria esquerda partidária de “*Carta aos Banqueiros*”¹⁴, confirma essa espiral de moderação que o partido se aprisionou em função da centralidade, e posterior deturpação, da tese do “acúmulo de forças”, como aparente mediação para o seguinte passo rumo ao socialismo.

Por mais que se diga que a *Carta* fosse uma resposta para acalmar o terrorismo do mercado financeiro, que fazia subir o risco-país - dizia-se na época risco-Lula -, diante da liderança eleitoral do ex-líder sindical, a manutenção, após a eleição, não apenas da institucionalidade criada para viabilizar o neoliberalismo no país, como das próprias políticas econômicas ortodoxas, comprovam que o eixo da estratégia democrático-popular, a saber, o acúmulo de forças, se transfigurara em sinônimo de cálculo de governabilidade, moderação, aliança com a burguesia, em suma, acabara se perdendo nos curtos limites da institucionalidade burguesa. Por seu turno, a opção pelo acúmulo de forças por fora da institucionalidade burguesa, que levasse em conta os movimentos sociais e a organização autônoma da classe trabalhadora, já não faziam mais parte do horizonte do projeto do partido.

Como pudemos notar na resolução do 12º Encontro Nacional do PT, um ano antes da disputa presidencial, a lógica de acúmulo de forças que, originalmente, exigia a combinação da luta social com as eleições (luta institucional), acabou desembocando na submissão das lutas sociais pela luta institucional. Tendo em vista essa hipótese, o transformismo do PT - no sentido gramsciano - é mais o resultado de uma estratégia escolhida do que da deterioração moral ou capitulação de suas lideranças. Melhor dizendo, é o sentido dessa estratégia que abre espaço para o transformismo, para a

13 “O que de fato determina a possibilidade de execução do programa democrático popular original (contra os monopólios, o latifúndio e o imperialismo, que só se completaria com uma ruptura) seria uma correlação de forças que permitisse chegar ao governo e dispor de apoio popular para executar as reformas radicais”. *Ibid.*, p. 309.

14 “E os investidores nacionais e estrangeiros foram brindados com uma declaração contundente quando o partido lançou a Carta ao Povo Brasileiro em junho de 2002. A Carta de Lula reconhecia que ‘a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena’, falava em ‘valorizar o agronegócio’, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário (o saldo que o governo economiza para pagar os juros de sua dívida). Isto implicava controle de gastos públicos. Mas se a carta teve seu papel, ela foi menos um início do que um coroamento de um processo. Quando o PT lançou a ‘Carta’, ela foi considerada pelo professor da USP e ex-ministro Delfim Netto, a causa da vitória de Lula. Entretanto, este reducionismo ignora que a trajetória do PT foi constantemente de aumento de influência eleitoral e moderação ideológica desde os anos de 1990, como vimos aqui. Aquela carta foi apenas a espuma do mar”. Lincoln Secco. *História do PT: 1978-2010*. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p. 202-3.

moderação do programa, para a deterioração moral e ideológica de muitos membros do partido¹⁵.

Algumas considerações sobre o lulismo¹⁶

Genericamente, na sociedade industrial moderna, os partidos políticos da ordem nascem e atuam fundamentalmente no terreno das instituições representativas do Estado. O seu modo de ser e sua atuação política têm como referência e destino *estar aí*, operando em algum dos aparatos do Estado. A forma como esses partidos se organizam e se estruturam já vem marcada por este objetivo interesseiro, o de conservar a funcionalidade do estado de coisas estabelecido. Ou, no máximo, moldando as exigências de mudanças a um esquema de representações significativas que não abalem os alicerces das relações sociais determinadas pelo conservadorismo. Esses partidos mantêm uma relação com as massas populares essencialmente manipulatória, fazendo-as crer que a sociedade (e o Estado) só terá garantias de funcionamento se determinados limites não forem ultrapassados e se determinados esquemas funcionais forem mantidos.

José Genoíno, 1989.

Recém-eleito, o PT confirmou o processo de moderação pelo qual vinha passando. Já de início, a composição do governo Lula consistiu na divisão ministerial entre as diferentes tendências do partido e dos setores populares organicamente vinculados a ele, de um lado, e as frações da burguesia e das classes dominantes, de outro, o que significava que dezenas ou centenas de cargos institucionais estratégicos continuariam no controle dos mesmos setores de sempre. De fato, o governo petista acabou continuando com os principais aspectos da política econômica das gestões anteriores, comprometendo-se, em alguns casos, em aprofundá-las: austeridade fiscal, aumento na meta do superávit primário, processo de liberalização, privatização, estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal, redução de direitos já conquistados, desregulamentação trabalhista, etc.

Nesse sentido, para susto da militância do partido e desilusão de muitos que apostavam numa mudança de direção, o primeiro projeto em que o governo petista se empenhou foi a reforma da previdência, modificação que nem FHC havia conseguido aprovar¹⁷. Esta reforma estendia para os trabalhadores do setor público, o mesmo tipo de

¹⁵ Entendida dessa maneira, a análise se desloca da crítica moral, que alguns setores da esquerda se empenharam em realizar, para a crítica teórica e estratégica. É importante dizer que o Partido dos Trabalhadores ainda é composto por militantes de esquerda honestos e combativos, mas que foram sendo progressivamente isolados.

¹⁶ Nesse trecho, não nos preocupamos em fazer uma exegese de todo o período lulista (abrangendo os dois mandatos do Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff), mas tão-somente assinalar os aspectos de mudança na continuidade, sem qualquer perspectiva de ruptura.

mudança previdenciária que o presidente antecessor havia aprovado para o setor privado¹⁸. Para completar o ciclo de acomodação do país ao seu novo papel na divisão internacional do trabalho, em fevereiro de 2003 foi enviada uma carta de intenções endereçada ao FMI e assinada por Antonio Palocci e Henrique Meirelles¹⁹, que assumia o compromisso do governo em aprovar a Lei das Falências – que garantiria o pagamento aos credores de empresas que viessem decretar falência²⁰. Além disso, tendo em vista a crise herdada do governo anterior, o governo Lula adotou o ajuste econômico como principal medida de combate aos resultados da crise. Em outras palavras, para enfrentar os efeitos do neoliberalismo, o novo governo adotou mais neoliberalismo²¹.

Com efeito, todo o arcabouço institucional que viabilizava o neoliberalismo no país foi mantido e até aprofundado, de modo que o início do governo Lula foi responsável por finalizar a etapa de “modernização” e estruturação do país como plataforma de valorização financeira internacional. Dessa maneira, não seria errado afirmar que a inserção subordinada da burguesia dependente brasileira nessa nova divisão internacional do trabalho, participando como agente e sócia menor dos negócios do

17 A partir da reforma da Previdência, diversos setores do PT iniciam a discussão para criar um outro instrumento político da classe trabalhadora, o que mais tarde viria a ser o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

18 “Com a reforma que promove no setor público – a qual afirma ser seu primeiro grande projeto –, Lula, além de tornar o país mais adequado aos tempos de predomínio do capital financeiro, garante ao setor privado um novo e promissor terreno de valorização e ganha pontos na meta de redução de gastos públicos”. “Com as novas perspectivas de acumulação abertas pela entrada potencial de um enorme contingente de população assalariada, de renda média razoavelmente elevada e sem enfrentar a ameaça do desemprego, foram criadas as condições para o pleno desenvolvimento, no Brasil, do mercado previdenciário – cobiçado há muito tempo pelo sistema financeiro nacional e internacional”. Leda Paulani. *op. cit.*, p. 59; p. 99.

19 Henrique Meirelles é um conhecido representante do mercado financeiro. Em 1996 assumiu o cargo de presidente do BankBoston mundial, em Boston, sendo membro importante da corte de Bill Clinton. Em 2002 foi eleito deputado federal pelo PSDB, com 183 mil votos e, em 2003, foi indicado pelo recém-eleito presidente Lula para presidência do Banco Central do Brasil (Bacen), cargo que ocupou até o final do segundo mandato do governo Lula, em 2010.

20 A lei foi aprovada em fevereiro de 2005.

21 Estas medidas são assumidas inclusive entre intelectuais que apoiaram o governo. De acordo com o economista Nelson Barbosa: “A prioridade inicial do governo Lula foi recuperar a estabilidade monetária e fiscal e, nesse sentido, 2003 começou com a adoção de uma série de medidas restritivas. Do lado monetário, o BCB elevou a taxa Selic para combater o aumento da inflação e a depreciação da taxa de câmbio. Do lado fiscal, o governo elevou sua meta de resultado primário para conter o crescimento da dívida pública e diminuir o risco de insolvência do país. Consideradas em conjunto, essas duas iniciativas tiveram um impacto positivo nas expectativas de mercado sobre a evolução da economia e possibilitaram uma redução da taxa de câmbio e do prêmio de risco do Brasil já em meados de 2004. Não obstante esses ganhos, as ações restritivas do governo também tiveram um forte impacto negativo sobre o nível de atividade econômica e contribuíram para que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil desacelerasse de 2,7%, em 2002, para 1,1% em 2003”. Nelson Barbosa. *Dez anos de política econômica*. In: Emir Sader (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 70-1. Já Emir Sader, assume que: “Na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um rígido ajuste fiscal, que possibilitou os superávits primários e a independência de fato do Banco Central. O governo assumiu formas contraditórias. Adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômico-financeira como a política agrícola tradicional”. Emir Sader. *Brasil, de Getúlio a Lula*. In: Emir Sader; Marco Aurélio Garcia (Orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010, p. 27.

capital internacional e do circuito financeiro internacional, somado a transformação do Estado em uma plataforma de valorização desses “negócios”, culminou na renovação e no aprofundamento do capitalismo dependente brasileiro.

Se entendemos a dependência como um modo de produção que se reproduz em função das necessidades dos países centrais (e de suas burguesias), conforme a elaboração de Ruy Mauro Marini²², somos obrigados a concluir que o primeiro mandato de Lula no governo federal foi responsável por afirmar os seus aspectos centrais. Nesse sentido, a transferência de valor - extraído dos trabalhadores brasileiros e apropriados pelas burguesias dos países centrais -, foi um dos aspectos mais notáveis nesse período: entre 1975 e o fim de 2004, as despesas anuais do país com serviços de fatores de produção (lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de empréstimos intercompanhia; lucros, dividendos e juros de investimentos em carteira e juros de empréstimos convencionais) cresceram 1.085%, passando de US\$ 2 bilhões para US\$ 23,7 bilhões, o que significa que, enquanto o envio de renda ao exterior cresceu 10,9 vezes nesse período, o PIB cresceu apenas 1,3 vez e o PIB *per capita* 0,4 (PAULANI, p. 77). Além disso, cresceram também as transferências financeiras, que passaram de 1,5% do PIB entre os anos de 1955 e 1980, para um patamar superior aos 3% no período das décadas de 1990 e a primeira metade de 2000²³. Por outro lado, se em 2002 (último ano do governo FHC), o salário mínimo estava em R\$ 200,00 e a exigência de um salário mínimo necessário para o trabalhador com uma família de quatro pessoas ser capaz de reproduzir sua existência era de R\$ 1.378,19, em 2006 (último ano do primeiro mandato de Lula), o salário mínimo estava em R\$ 350,00 enquanto o salário mínimo necessário era de R\$ 1.564,52²⁴. Isto significa que, se em 2002 o salário mínimo era 6,89 vezes menor do que o salário mínimo necessário, em 2006 essa diferença ainda estava em 4,47. Em outras palavras, a superexploração da força de trabalho se manteve como característica central e estrutural do capitalismo dependente brasileiro, ainda que tenha arrefecido.

Como mencionado, se originalmente o acúmulo de forças se daria combinando os terrenos das lutas sociais e das eleições (disputa nos espaços institucionais), quando o partido chega ao poder, as lutas sociais se subordinam à disputa institucional. Nesse sentido, os movimentos sociais e organizações políticas, que foram fundamentais na resistência à avalanche neoliberal dos anos 1990, ficam em compasso de espera por conta dos vínculos com um governo que, no final das contas, mantinha e até aprofundava as mesmas políticas econômicas dos governos anteriores. Sendo eleito no bojo da crise do neoliberalismo, com uma enorme rejeição popular aos seus efeitos, o

22 Cf. Ruy Mauro Marini. op. cit.

23 “[...] o Brasil, entre 1981 e 2005, enviou 1,1% do valor adicionado para o resto do mundo, montante que vem crescendo exponencialmente desde 2002. Tal fato está associado à crescente expansão do passivo externo da economia brasileira e à correspondente elevação das transferências financeiras ao exterior para pagamentos de juros, remessas de lucros e *royalties* e despesas com dividendos. Inferior a US\$ 3 bilhões em 1955, o passivo externo bruto, que totaliza o estoque de dívida externa, investimento estrangeiro direto e aplicações em carteira do capital internacional, saltou para US\$ 82 bilhões em 1981, para alcançar a gigantesca magnitude de mais de US\$ 600 bilhões em 2006. Consequentemente, a importância relativa das transferências financeiras em relação ao PIB duplicou, passando da média anual de 1,5% entre 1955 e 1980 para o patamar de 3% no período posterior, com expressiva aceleração a partir da crise de 1997-98”. Plínio de Arruda Sampaio Jr. op. cit., p. 77-8.

24 Dieese. “Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos”. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>.

governo do PT acaba dando continuidade ao essencial da política econômica dos presidentes anteriores. Por outro lado, como resposta a insatisfação de sua própria base social, o governo petista recorria à retórica de que tinha de realizar o ajuste por não existir outra alternativa naquele momento²⁵. Isso foi possível porque o PT, por um lado, é um partido forjado a partir dos setores populares e, em partes, ainda composto por esses setores, e por outro lado em função da liderança e enorme carisma de Lula. Em efeito, o governo petista tinha uma relação privilegiada com os setores populares organizados, o que possibilitava acalmá-los nos momentos de maior insatisfação. Sob essa perspectiva, o governo Lula colocava em prática uma política de apassivamento do conflito entre as classes²⁶, sendo protagonista pela consolidação daquilo que Florestan Fernandes denominou de democracia de cooptação.

No entanto, ainda que tenha contribuído para a consolidação da nova etapa do capitalismo dependente, o governo Lula se diferencia dos governos anteriores por sua política de aumento real do salário mínimo, criação de emprego e por dar mais atenção às políticas sociais, elaborando, unificando e aprofundando uma série de políticas de corte assistenciais - em consonância com as orientações do Banco Mundial ou com os próprios preceitos neoliberais, é verdade²⁷. Nessa linha, programas como o Fome Zero e o Bolsa Família, que são criados para atuar sobre os setores sociais mais vulneráveis, começam a dar resultados já em 2004.

Ainda que tenha renunciado às reformas estruturais e as políticas de cunho universal, a política de criação de empregos, aumento do salário mínimo acima da inflação e as políticas sociais do governo petista, começaram a surtir efeito, ampliando o alcance do lulismo para além da sua base tradicional – os setores mais empobrecidos da população, que passariam a compor a base de apoio eleitoral do governo, contribuíram para a

25 “As analogias espúrias que amiúde se fazem entre a macroeconomia e a economia doméstica encarregam-se de jogar por terra os inúmeros exemplos concretos que demonstram precisamente o contrário, ou seja, que esse modelo produz vulnerabilidade permanente e impossibilidade de crescimento sustentado e que países que vêm ignorando as recomendações do Consenso de Washington têm conseguido, inversamente, substantivo crescimento, sem grandes desequilíbrios. As ideias pautadas pelo senso comum de que ‘ninguém pode dar o passo maior que a perna’, de que ‘ninguém pode gastar mais do que ganha’, de que ‘é preciso pagar as dívidas antes de pensar em aumentar a casa’, de que ‘é preciso poupar para poder investir’ etc. – todas elas absolutamente verdadeiras no plano doméstico, mas falaciosas no plano macroeconômico – asseguram, repetidas à exaustão, a percepção dessa política como a única tecnicamente correta, a única comprovadamente científica. Sendo assim, um governo responsável, qualquer que seja sua ideologia (esquerda, centro, direita), tem por obrigação adotá-la incondicionalmente”. Leda Paulani. *op. cit.*, p. 60.

26 “Inicialmente, o campo popular justificava o apoio com a tese de que se tratava de um governo em disputa. No frígido dos ovos, esta ideologia preservou o governo das pressões populares, mobilizadas esporadicamente para resistir às ameaças da ‘direita’”. Fabio Luis Barbosa dos Santos. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2017, p. 51-2.

27 “Deixando de lado questões menos importantes, relativas a uma competência maior ou menor em sua condução, o fato é que, ao contrário do que imagina inclusive parte da própria esquerda, tais políticas sancionam as fraturas sociais em vez de promover a tão falada ‘inclusão’ (não por acaso, o criador e maior defensor da ideia da renda mínima é justamente Milton Friedman). Fazer de projetos como o Fome Zero a base e o fundamento da política social do governo é uma espécie de admissão de que, naquilo que importa, ou seja, na condução efetiva da vida material do país, a questão social está em último lugar [...]. [...] o governo Lula faz o Fome Zero, enquanto dismantela os direitos dos trabalhadores para facilitar os negócios, e anda na contramão do solidarismo e da universalização dos bens públicos para tornar o país um *investment grade*”. Leda Paulani. *op. cit.*, p. 71.

reeleição de Lula, em 2006, a despeito da crise do mensalão²⁸. Além do mais, ainda antes do início de seu segundo mandato presidencial, Lula contou com o princípio de uma fase de crescimento do comércio mundial e do preço das matérias-primas e alimentos, puxado pelo crescimento econômico da China²⁹.

Esse alargamento da situação condicionante da dependência – os influxos externos que limitam a estrutura interna³⁰ –, ao contribuir para o crescimento econômico, deu maior margem de manobra para o governo intensificar as políticas sociais, continuar e aprofundar a política de aumento real do salário mínimo, retomar uma política industrial mais consistente, sem, no entanto, implementar reformas estruturais e políticas de cunho universais, isto é, sem alterar a estrutura e institucionalidade voltada para a reprodução do neoliberalismo, o que significaria o acirramento da luta de classes e não o seu amortecimento. Contudo, para alguns autores, este seria o início de uma política econômica neodesenvolvimentista, que indicava a superação do neoliberalismo. Plínio de Arruda Sampaio Jr., no entanto, vê a questão de outra maneira:

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR., 2017, p. 155).

Buscando equilibrar aquilo que seus ideólogos entendem por aspectos positivos do neoliberalismo e do desenvolvimentismo clássico, o neodesenvolvimentismo desemboca em uma apologia do capitalismo dependente, ocultando seus aspectos mais perversos e iluminando apenas os avanços obtidos. Assim, ao destacar os aspectos de mudança dentro da continuidade, sem qualquer perspectiva de ruptura, o neodesenvolvimentismo se torna, efetivamente, uma ideologia com aderência real numa conjuntura histórica beneficiada pelo dinamismo do comércio internacional e pelo aumento exponencial do preço das matérias-primas e alimentos.

Em miúdos, aproveitando-se dessa nova configuração da economia mundial, o governo combinou crescimento econômico, aprofundamento das políticas sociais, aumento real do salário mínimo, criação de novos empregos – uma reversão (momentânea) da situação estrutural de desemprego que asfixia a sociabilidade brasileira – e a expansão do crédito para a classe trabalhadora – fator fundamental para a ampliação do mercado interno –, com uma tentativa de retomada da política industrial

28 Não analisaremos a crise do mensalão que já prenunciava a captura pela direita da pauta da corrupção e a caracterização do PT não apenas como um partido corrupto, mas como o principal responsável pela corrupção do país, quebrando a imagem que existia até então de partido ético.

29 Luiz Gonzaga Belluzzo, ao observar a possibilidade da conciliação de classes, da pacificação social, ter sido bem-sucedida em função de um ambiente internacional excepcionalmente favorável, ao invés de chegar a uma conclusão crítica em relação à própria lógica da conciliação, se regozija: “Maquiavel, no entanto, já advertia que a *virtù* do príncipe só poderia frutificar se amparada na *fortuna*”. Luiz Gonzaga Belluzzo. *Os anos do povo*. In: Emir Sader (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, 2013, p. 108.

30 Cf. Theotônio dos Santos. *Imperialismo y Dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1978.

em alguns setores, através da centralidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no suporte ao grande empresariado - retomando uma antiga aposta em uma suposta burguesia nacional³¹ -, e forte investimento no agronegócio, aproveitando a grande demanda chinesa (paradoxalmente aprofundando a pauta primário-exportadora do país). Isso contribuiu para que o país passasse, sem maiores problemas nos primeiros anos, por uma das maiores crises da história do capitalismo³².

Com efeito, um dos resultados mais comemorados pela gestão petista e, particularmente por Lula, foram os avanços nas áreas sociais. À título de ilustração, se em 1990 a taxa de extrema pobreza no Brasil era de 19,95%, em 2003 ela cai para 15,18%, em 2006 ela é reduzida para 9,45% e em 2011 chega a 6,31%³³; a taxa de pobreza sai de 41,92% para 35,75%, passa para 26,75% e chega a 18,42%, no mesmo período³⁴; já o coeficiente de Gini cai de 0,614 para 0,583 e 0,563, chegando em 0,531³⁵. Se é verdade que a melhora contínua desses indicadores, que já vinham do governo Fernando Henrique Cardoso, é reflexo dos avanços propiciados pela Constituição de 1988, não é menos acertado dizer que essa evolução se acentua em 2004 a partir das políticas focalizadas, aumento real do salário mínimo e geração de empregos, levadas a cabo pelo governo Lula.

Sem ter feito reformas estruturais como a reforma agrária, urbana, tributária, política, dos meios de comunicação³⁶ e, evidentemente, sem ter rompido com o capitalismo

31 Não temos a intenção de retomar o longo debate realizado pelo PCB sobre a existência de uma burguesia nacional e progressista. No entanto, cabe assinalar que o governo Lula inaugurou uma política de promoção e internacionalização de alguns setores daquilo que viam como burguesia interna através da política das “Campeãs Nacionais”, na qual o BNDES disponibilizava uma linha de crédito barato para segmentos como o de petroquímica, celulose, frigoríficos, siderurgia, suco de laranja e cimento. Esses dados são de extrema relevância, pois são esses os principais setores da burguesia atingidos pela Operação Lava-Jato.

32 Em 2008, ao se referir a possibilidade da crise que havia estourado nos Estados Unidos atingir o Brasil, Lula disse que ela não passaria de uma marolinha. Se por um lado, isso passou confiança para o mercado financeiro, para os empresários e para a sociedade em geral, por outro lado, acabou deseducando a população sobre a real gravidade da crise. “Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>.

33 A definição da linha de extrema pobreza, consiste em uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Para isso, são estimados os variados valores para 24 regiões do Brasil. IPEA/Ipeadata. Pobreza – taxa de extrema pobreza (PO). Série histórica de 1976 a 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

34 Esse percentual considera as pessoas com renda domiciliar *per capita* que está abaixo da linha da pobreza. Esta equivale ao dobro da linha da extrema pobreza, descrita na nota anterior. IPEA/Ipeadata. Pobreza – taxa de pobreza (PO). Série histórica de 1976 a 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

35 O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos, sendo que em zero não existe desigualdade e 1 significa o máximo de desigualdade, isto é, quando apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade. IPEA/Ipeadata. Renda – desigualdade – coeficiente de Gini. Série histórica de Gini – 1976 a 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

36 A ausência da reforma da mídia levava ao paroxismo as contradições da conciliação de classes sustentada pelos governos petistas. Ao mesmo tempo em que não se atrevia a levar a cabo uma reforma

dependente, havia, ao final do segundo mandato do governo Lula, uma sensação quase generalizada de otimismo, que possibilitava uma efetiva estabilização do conflito social. Lula se despedia da presidência com a maior aprovação da história do país³⁷ e conseguia eleger sua sucessora, a ex-ministra Dilma Rousseff, que se tornaria a primeira mulher a ser presidenta do Brasil, embora completamente desconhecida da grande maioria da população até o início da disputa eleitoral de 2010.

Sendo assim, no debate público, o neodesenvolvimentismo parecia ter se imposto como projeto político hegemônico. Nessa ótica, os governos petistas eram responsáveis por consolidar um projeto pós-neoliberal, cuja impressão era a de que o neoliberalismo se tornava uma lembrança do passado, dos tempos difíceis de Fernando Henrique Cardoso. No debate interno, dentro da esquerda, as alianças com as classes dominantes, inclusive com setores oriundos da ditadura militar, pareciam se justificar ao render frutos eleitorais, já que todos os setores sociais ganhavam, embora os militantes do PT, os movimentos sociais e a classe trabalhadora em geral não tenham adquirido mais consciência e nem força política, mas ao revés, pareciam cada vez menos combativos, mais desarticulados e orientados exclusivamente para a lógica eleitoral.

Ao nosso ver, esse último ponto parece ter sido essencial para o período de hegemonia do lulismo. A tática do acúmulo de forças, que tinha como finalidade o socialismo e se colocava contra os monopólios, o imperialismo e o latifúndio, ao final do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva já havia perdido completamente esse horizonte, se transfigurando definitivamente em sinônimo de *Realpolitik*, em governabilidade, em defesa da aliança de classes (livremente ampliada para os setores

que pusesse fim aos grandes monopólios, mas ao contrário, sustentando financeiramente esses monopólios, especialmente a Rede Globo, e que potencializasse o surgimento e a consolidação de meios de comunicação contra hegemônicos e voltados para os interesses nacionais e populares, o governo do PT, as suas principais lideranças e qualquer agenda política minimamente progressista, eram sistematicamente atacados por tais aparelhos ideológicos privados. Na esteira da popularidade do governo Lula e com a oposição partidária de direita enfraquecida, os grandes monopólios midiáticos, encabeçados pela Globo, cumpriam o papel de partido de oposição. Nesse sentido, a militância petista passou a ser mobilizada para defender o partido e suas lideranças dos ataques dos grandes canais de TV, jornais, revistas e rádio, ao passo que estes, no limite, eram mantidos, sustentados e tolerados pelo próprio governo, aprisionado nos limites da lógica da conciliação. Em um determinado aspecto, esse processo de constante tensão era funcional a lógica política patrocinada pelo PT, já que ao sofrer um processo irrefreável de moderação e rebaixamento do programa, os governos petistas mantinham a sua militância em movimento, combatendo os ataques reais da grande mídia, o que acabava deslocando a atuação dos militantes de uma possível pressão para que o próprio governo radicalizasse sua política, para combater o inimigo. Em outras palavras, sem a reforma midiática, essa se tornaria uma marcha sem fim, numa batalha feita para continuar durando, enquanto o PT governasse. Um estudo interessante sobre os principais meios de comunicação e sua agenda antipopular, antinacional e golpista é feito por Ariel Goldstein. Cf. Ariel Goldstein. *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil*. Buenos Aires: Editorial A Contracorriente, 2017.

³⁷ De acordo com a pesquisa Datafolha divulgada no dia 20 de dezembro de 2010, o governo Lula alcançava a melhor avaliação da história: 83% dos brasileiros adultos avaliavam sua gestão como ótima ou boa, 13% como regular e 4% avaliavam seu governo como ruim ou péssimo. “Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história”. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Ainda segundo a pesquisa Ibope feita entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2010, Lula chegava a 87% de aprovação pessoal, com seu governo alcançando 80%, patamares também nunca registrados pelo instituto. “Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>.

mais reacionários da sociedade), ou seja, se perdendo completamente no labirinto da institucionalidade burguesa. Em suma, havia se tornado na prática uma apologia ao capitalismo dependente. Para além das conquistas sociais – passíveis de reversão, como a história imediatamente posterior demonstrou -, as lutas sociais já não entravam no cálculo do acúmulo de forças e os movimentos sociais só eram mobilizados pelo PT para defender o governo Lula dos ímpetus golpistas e autoritários da direita parlamentar e midiática tradicional ou organicamente articulada ao mercado financeiro – como foi no caso do mensalão.

Podemos afirmar que um arco tão amplo de alianças só foi viabilizado por conta do período especial do país, em que os setores mais empobrecidos foram beneficiados, assim como, de certa maneira, a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que o capital nacional e internacional e a média burguesia lucravam como nunca. Por outro lado, em uma outra dimensão, é verdade também que a aparente pacificação social do Brasil foi, em muitos aspectos, garantida por conta dos atributos próprios do ex-presidente, que articulava seu carisma e capacidade única de interlocução direta com a massa e com amplos setores da classe trabalhadora com a habilidade de adaptação ao jogo da institucionalidade burguesa. Sob essa perspectiva, o início do governo de Dilma Rousseff foi um impacto para o projeto de pacificação da luta de classes, já que a nova mandatária era uma política com perfil tecnocrático, estando longe de ter a capacidade de comunicação do ex-presidente com os diversos setores da população e com o “mundo político”. Mantido o sentido e a lógica das gestões petistas, agora sem o carisma e a habilidade política de Lula, restava o aprofundamento das negociações com os partidos de direita. Em outras palavras, a política da conciliação de classes e da pacificação social eram renovadas e estendidas *ad infinitum*.

Passados 10 anos, o grosso da classe trabalhadora estava desmobilizada, desarticulada, e os setores mais organizados e outrora fundamentais no combate ao neoliberalismo e na luta pelo socialismo, se encontravam apassivados e subsumidos por uma consciência imediata que priorizava o cálculo eleitoral acima de qualquer outra coisa³⁸. Ademais, na esteira de mais de 20 anos de neoliberalismo, a ideologia do neodesenvolvimentismo, que se colocava como alternativa pós-neoliberal, apresentava uma ideia central de que era possível alcançar um capitalismo humanizado e para todos, mesmo que na periferia do sistema capitalista. Portanto, o saldo do acúmulo de forças para a classe trabalhadora - levando em conta os objetivos originais da estratégia democrática e popular - é claramente negativo³⁹.

O mito do acúmulo de forças só se sustenta renovando-se ao infinito, isto é, nunca estamos prontos, nunca há correlação de forças favorável, nunca o nível de consciência das massas e dos trabalhadores chega à necessidade da conquista do poder. O problema é que, agindo dessa

38 Muitos dirigentes do Partido dos Trabalhadores e mesmo militantes que ajudaram a fundar o partido se “contaminaram” pelo ar-condicionado dos escritórios e pela negociação da política parlamentar. Alguns outros ainda viraram empresários (demonstrando que o horizonte socialista havia ficado no passado), lobistas de empresas ou se envolveram em esquemas de corrupção.

39 É importante enfatizar que, por mais que se esforçassem, as organizações à esquerda do PT não conseguiram construir uma alternativa concreta, tendo uma incidência muito reduzida na classe trabalhadora – seja sob o aspecto eleitoral ou no cotidiano da luta de classes. Em nossa opinião, para além da constatação da hegemonia protagonizada pelo petismo que acabava bloqueando a ascensão dessas alternativas, um balanço crítico do programa, das estratégias e das táticas desses setores ainda está por ser feito.

forma, criam-se as condições para que de fato nunca estejam dadas as condições.

No entanto, a questão é ainda mais séria. Os defensores do acúmulo de forças acreditam piamente que os patamares de consciência não regridem, isto é, a consciência de classe desenvolvida nos anos 1980 e de 1990 ficaria ali no ponto onde chegou e iria se tornando massiva em consequência do andamento positivo das ditas reformas. [...]. Não é o que verificamos. [...]. Se podíamos falar de um senso comum progressista, ou tendencialmente de esquerda, no contexto de intensificação da luta de classes na crise da autocracia burguesa e no processo de democratização, hoje, no quadro de uma democracia de cooptação consolidada, temos um senso comum que tende a ser conservador e, por vezes, reacionário. (IASI, 2017, p. 344-5).

Enfim, munidos de uma análise mais estrutural e de outras informações que fugiam ao balanço do governo petista, uma conclusão imediata é que os governos do PT lograram pacificar e estabilizar os conflitos sociais que ameaçavam as gestões anteriores. Ao mesmo tempo, o processo de desindustrialização, em consonância com uma especialização produtiva - especialização em seguimentos industriais intermediários e complementares às exigências dos grandes conglomerados internacionais -, de reprimarização abruptamente voltada para a exportação - ancorado principalmente na produção de soja e no gado - e de hegemonia das finanças, são características contínuas dos últimos vinte anos. Sob esta ótica, fica difícil negar que o projeto neodesenvolvimentista do governo do Partido dos Trabalhadores jogou água no moinho dos principais elementos dessa etapa do capitalismo dependente: fortaleceu a construção civil e o setor de serviços, se apoiou no agronegócio, na mineração e no petróleo e aprofundou o problema do mercado financeiro e da livre circulação de capital fictício, ou seja, reafirmou a hegemonia das finanças com destaque para a drenagem do excedente produzido internamente mediante a dívida pública.

Florestan Fernandes já advertia que a pequena, a média e a grande burguesia, podem realizar as revoluções econômicas intrínsecas as transformações históricas do capitalismo, sem, no entanto, serem capazes de romper com o capitalismo dependente. A história que os governos petistas construíram a duras penas, não passou de uma história em circuito fechado, com início e fim na própria dependência. Sem levar isso em consideração, não é possível fazer uma análise crítica sobre as manifestações de junho de 2013 que, como veremos, expõe as entranhas apodrecidas do sistema político, e deixa claro os limites do projeto de humanização do capitalismo dependente.

Antecedentes de um mês turbulento

Era 2013, final do mês de maio, quando o governo brasileiro terminava os últimos ajustes para sediar a Copa das Confederações - o grande teste para saber se um país dependente e periférico estava em dia com a dependência desportiva⁴⁰, isto é,

⁴⁰ A partir dos anos 1990, com a imposição do neoliberalismo, o processo de internacionalização e “modernização” do futebol brasileiro aprofundou a dependência desportiva em relação à Europa em um grau sem precedentes. Os jogadores brasileiros - tratados como mercadorias por empresários, dirigentes, imprensa e até por si próprios - começaram a sair cada vez mais jovens para tentar a sorte, ganhar fortuna e prestígio no futebol estrangeiro. Passaram a ser vendidos sem ter uma carreira consolidada e, portanto, a preços baixos, e logo eram revendidos, já dentro do mercado europeu, à “peso de ouro”, tão logo confirmado o talento. Por outro lado, esse período foi marcado por um forte processo de criminalização

com a modernização do subdesenvolvimento exigida pelo “Padrão Fifa”, através da cartilha que a entidade impunha ao país a participação dos seus patrocinadores no evento, ao mesmo tempo que exigia um determinado modelo de obras e serviços, privatizações e construções de novos estádios, infraestrutura e acesso para aquele seletivo grupo social com condições de pagar os custosos ingressos; em suma, se o país realmente estava preparado para receber um evento desportivo como a Copa do Mundo. Nesse mesmo maio, setores da socialdemocracia faziam um balanço positivo dos 10 anos de governo petista, celebrando os avanços históricos em relação aos setores sociais mais vulneráveis; ao mesmo tempo indicando como o país se mostrara, até então, imune à crise capitalista mundial; como o crescimento econômico se mantinha consistente - ainda que tenha arrefecido -, colocando o Brasil como uma das maiores economias do mundo; o aumento real do salário mínimo; a redução da pobreza e da extrema pobreza, e a considerável diminuição da insegurança alimentar⁴¹; constatando que o mercado interno estava “aquecido”, por conta do aumento do incentivo ao consumo; a incorporação de direitos importantes como a exigência de carteira assinada para o trabalho doméstico; a descoberta do pré-sal, que seria o “passaporte para o futuro”; e destacando, no âmbito internacional, a liderança política que articulava novos órgãos regionais como, por exemplo, a Unasul, ou blocos internacionais como o BRICS, projetando a imagem do país como candidato a ser um importante *global player*⁴², pleiteando um assento no Conselho de Segurança da ONU. A cereja do bolo era a popularidade da então presidenta Dilma Rousseff que, de acordo com a pesquisa do Ibope de março de 2013, tinha seu governo aprovado por 63% da população, com a

das torcidas organizadas (compostas predominantemente por jovens periféricos), ao passo que os grandes canais de televisão se consolidaram como controladoras do destino do esporte mais popular do Brasil, substituindo, em partes, as arquibancadas. Os resultados foram devastadores: clubes cada vez mais endividados se apoiaram na verba dos canais televisivos e na venda desses jogadores como tábua de salvação para suas contas, deixando os dirigentes reféns da Rede Globo, por um lado, e por empresários dos jogadores, por outro; o nível do futebol local se enfraqueceu visivelmente; o número de frequentadores de estádios teve uma diminuição acentuada – se comparado com as médias de público dos anos 1960, 1970 e 1980 –; e o perfil dos torcedores das novas arenas foi se elitizando. No âmbito da subjetividade, a dependência desportiva significou um processo de desnacionalização cultural, ficando cada vez mais comum ver jovens brasileiros torcendo para times europeus, em detrimento dos times locais, e identificando-se com “ídolos” do além mar. O desfecho desse processo se deu com a confirmação de que o país seria a sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo: preços de ingressos abusivos que impossibilitaram os torcedores pobres de frequentar os jogos, privatização dos estádios, corrupção nas obras, processo de falência de clubes pequenos etc., foram alguns dos principais resultados desse projeto. No ano seguinte, já na Copa do Mundo, o maior desastre da história do futebol brasileiro, a derrota de 7 a 1 para a Alemanha, foi apenas mais uma das consequências desse processo mais longo. Em suma, a modernização do “arcaico”, iniciada no final dos anos 1980 e começo dos 1990, paradoxalmente parece ter como linha de chegada a arcaização do moderno - em 2017, por exemplo, o Maracanã vive a maior crise de sua história após passar pelas modernizações exigidas pelo padrão FIFA. Por outro lado, é necessário dizer que os patrocinadores e os grandes meios de comunicação nunca lucraram tanto com esse negócio chamado futebol.

41 Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food Insecurity in the World*. Rome, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>.

42 O Brasil seguia em pleno voo, conforme antecipava a revista britânica *The Economist*, alguns anos antes, quando estampava o Cristo Redentor decolando como um foguete. *The Economist*. *Brazil takes off*. Nov., 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>.

aprovação pessoal chegando a 79%⁴³ - superando os índices para o mesmo período do governo de Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴⁴.

Na esteira desses resultados, inexistia um processo de reflexão crítica sobre o período, que fizesse um balanço dos limites da conciliação de classes e da pacificação social *ad infinitum*, da tentativa de constituição de uma burguesia produtiva nacional aliada, do apassivamento dos movimentos sociais e desmobilização da militância do PT. Em suma, apoiado nos efeitos das políticas assistenciais, com a certeza de que seriam suficientes para prolongar a pacificação social em um país tão desigual, fragmentado e violento como Brasil - deslocando o enfrentamento da desigualdade para um problema de gestão -, o PT, em meio a popularidade do governo Lula e dos primeiros anos de governo Dilma, não pôde perceber os limites objetivos e subjetivos de suas escolhas. Em realidade, o balanço que existia sobre “O decênio que mudou o Brasil”⁴⁵ beirava o ufanismo, havendo praticamente um consenso na intelectualidade mais vinculada ao Partido dos Trabalhadores sobre a superação do neoliberalismo⁴⁶ e a consequente construção de uma hegemonia pós-neoliberal, tamanho seria o sucesso desse último período.

Aprisionados ao sentimento de triunfo e otimismo com o futuro, ignorando qualquer crítica feita pela esquerda, naquele momento, nem com a ajuda de um potente sismógrafo os setores governistas seriam capazes de identificar as movimentações no subterrâneo das aparências. Numa camada menos perceptível para os dados macroeconômicos, na cotidianidade das relações sociais, o amadurecimento das contradições, com acomodações e explosões, é mais profundo e menos visível. Saneamento básico, doenças modernas, drogas acessíveis, deslocamentos diários massivos em condições desumanas, trânsito quilométrico, violência, pobreza, desigualdade, incentivo ao consumo, individualismo. O grande centro urbano é o espaço onde as relações sociais são canalizadas para o cotidiano, expressando a interiorização

43 “Aprovação do governo Dilma atinge recorde de 63%, diz Ibope”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/aprovacao-do-governo-dilma-atinge-recorde-de-63-diz-ibope.html>>.

44 “Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>.

45 Cf. “O decênio que mudou o Brasil”. 2013. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/C_2013_O_decenio_mudou_Brasil.pdf>.

46 De acordo com Emir Sader: “A criação de formas inovadoras de políticas sociais [...] e a inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), [...], marcaram a ruptura com a herança neoliberal e se tornaram eixos estratégicos da alternativa pós-neoliberal”. Desse modo: “A construção do pós-neoliberalismo, portanto, se deu pela decisão do governo de priorizar as políticas sociais e a reinserção internacional do Brasil. O primeiro aspecto mudou a fisionomia social do país; o segundo, nosso lugar no mundo. A crise de 2008 consolidou o papel ativo do Estado, com políticas anticíclicas, que permitiram resistir os influxos recessivos que vieram dos países do centro do sistema”. Mais adiante, no entanto, Sader admite que a hegemonia do capital financeiro não havia sido superada, o que coloca em dúvida a afirmação categórica da superação do neoliberalismo: “No caso do Brasil, é necessário quebrar o papel hegemônico do capital financeiro, que insiste em canalizar seus investimentos para a especulação, a atividade econômica antissocial, que não cria nem bens nem empregos. Esse capital resiste a todos os incentivos do governo para uma reciclagem na direção dos investimentos produtivos”. Emir Sader. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In: Emir Sader (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, 2013, p. 139-41.

dessa sociabilidade em sua face mais imediata. Poderíamos dizer, em determinado sentido, que a cidade é o *locus* da consciência reificada. Uma forma determinada de se relacionar - baseada em relações mercantilizadas e individualizadas - é tida como realidade dada e natural das relações humanas. Daí a função da ideologia⁴⁷ para a estabilização, reprodução e, no limite, garantia dessa sociabilidade. Nesse sentido, a ideologia perpassa cotidianamente nossa sociedade, justificando/racionalizando até o limite o mal-estar presente em uma sociabilidade mercantilizada, fragmentada e individualizada ao extremo. Esse foi o caso das declarações de políticos, especialistas da vez e meios de comunicação dominantes sobre as exigências de junho: “o aumento da passagem de metrô deve acompanhar a inflação”; “estamos alguns anos sem atualizar o preço do bilhete do ônibus e caso ele não seja aumentado, as contas públicas não irão fechar”; “se mantivermos os preços, teremos que retirar dinheiro da saúde e da educação!”.

No entanto, por mais aderência que tenha na realidade e por mais elaborada que seja, a ideologia não elimina as contradições concretas presentes nas relações humanas na sociedade capitalista contemporânea. Se a adaptação é a filha diletta da imediatez do cotidiano, as revoltas sociais estão sempre latentes nele - sobretudo em um país de capitalismo dependente ou de capitalismo difícil, segundo Florestan Fernandes. E como um rio que, de maneira implacável, arrasta tudo à sua frente, no mês de junho de 2013, milhões de pessoas saíram às ruas por todo o Brasil, em um protesto social que não era visto há décadas - as primeiras manifestações de toda uma geração -, esvaziando completamente o balanço ufanista que alguns setores governistas realizavam e, ao mesmo tempo, apavorando todo o sistema político. A ideologia do pós-neoliberalismo entraria em irreversível declínio.

Junho de 2013 e os limites do lulismo

Por debaixo da superfície, o mundo real demonstrava sinais de que a dinâmica social do país não correspondia ao otimismo exacerbado. O sinal de alerta parecia se ascender para o governo de Dilma Rousseff e para o projeto petista: o aumento no número de greves nos anos anteriores indicava as contradições e limites do lulismo. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de horas paradas em 2012 foi 75% maior do que no ano anterior, sendo inferior apenas ao distante ano de 1991⁴⁸ - ainda de acordo com o Dieese, 67% das greves daquele ano foram defensivas. As greves nas usinas de Belo Monte, Girau, nos complexos de Suape e da Comperj, além da violenta reintegração de posse na ocupação do terreno de Pinheirinho (São José dos Campos/SP), davam indícios de como, em realidade, a ideologia pós-neoliberal que operava para estabilizar a ordem - mistificando a realidade e ocultando contradições fundamentais, ao mesmo tempo em

47 A ideologia é o mecanismo que justifica (racionaliza), inverte, obscurece, mistifica, generaliza e naturaliza as formas de subordinação e de dominação (particulares do capitalismo) na consciência imediata dos indivíduos.

48 “Foram contabilizadas 86,9 mil horas paradas em 2012. Há, neste indicador, a confirmação de uma tendência de aumento nas horas paradas que vem sendo percebida mais claramente desde 2009. A série histórica também revela que o total anual de horas não trabalhadas em 2012 é o maior desde 1991”. “As greves de 2012 contaram com a participação de cerca de 1,8 milhão de trabalhadores, com média de 4.419 trabalhadores por greve, totalizando cerca de 382 milhões no indicador trabalhadores x horas paradas”. DIEESE. Balanço das greves em 2012. Maio de 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>.

que generalizava conquistas importantes, mas localizadas e facilmente reversíveis -, tinha limites objetivos, a saber, o conflito de classes pela distribuição e apropriação da riqueza produzida. Permeando esses fatos, é importante assinalar que, ao término do ano de 2012, a crise mundial e a recessão davam indícios de se instalar no país.

Com efeito, sem considerar as contradições no mundo do trabalho, é impossível compreender o que ocorreu em junho. Se por um lado, houve uma política de criação de empregos, significando redução drástica no número de trabalhadores desempregados quando comparado aos anos de desemprego massivo da década de 1990, somado ao aumento real do salário mínimo e a formalização do trabalho⁴⁹, por outro lado, isso se deu apoiado na terceirização⁵⁰ e rotatividade empregatícia⁵¹.

Uma rápida olhada nos cálculos do Dieese demonstra que, o avanço representado pela formalização e aumento real do salário mínimo, passou longe de reverter a superexploração da força de trabalho: em maio de 2013, o salário mínimo estava em R\$ 678,00, ao passo que o salário mínimo necessário deveria estar em R\$ 2.873,56. Em outras palavras, mesmo com o persistente aumento real, o salário mínimo desse período ainda era 4,23 inferior ao salário mínimo necessário⁵².

Se é verdade que a política de geração de empregos na década de 2000, criou em média 2,1 milhões de postos de trabalho ao ano ou 21 milhões de postos no total da década, nada menos do que 2 milhões de trabalhos gerados anualmente ou 94,8% dos trabalhos gerados na década eram remunerados com até 1,5 salário mínimo mensal. Nesse período, nos empregos com remuneração acima de 3 salários mínimos, houve redução anual média de 108 mil vagas, enquanto que na faixa de cinco salários mínimos houve uma queda de 4,3 milhões no conjunto da década. Com efeito, nesse período, nada menos do que 59% de todos os postos de trabalho tinham rendimentos de até 1,5 salário mínimo. Considerando a origem desses empregos gerados, percebemos que a grande parte é oriundo do setor de serviços, com 6,1 milhões de novos postos de trabalho ou 31% do total, seguido pelo comércio com 2,1 milhões de novas vagas, também tendo importância o setor de construção civil com 2 milhões e de indústrias extrativas (POCHAMANN, 2012). Em outras palavras, nos interessa ressaltar que a política de geração de empregos esteve diretamente ancorada na superexploração da força de trabalho.

49 “Na década de 2000, a expansão do emprego assalariado com carteira assinada foi expressiva: para cada grupo de dez ocupações abertas para trabalhadores de salário de base, sete foram de empregos formais, e a cada vaga aberta de emprego assalariado informal, três outras eram criadas para o trabalho com carteira”. Marcio Pochmann. *Nova classe média? O trabalho de base da pirâmide social no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 38.

50 De acordo com Pochmann, nos países periféricos, a terceirização tem como principal motivação a redução no custo do trabalho. Desse modo, a terceirização tem um vínculo estreito com uma alta taxa de rotatividade: em 2010, no estado de São Paulo, a taxa de rotatividade dos trabalhadores terceirizados era de 63,6%. *Ibid.*, p. 109; p. 121.

51 Em 2009, de cada 10 trabalhadores, 1 tinha contrato inferior a três meses. *Ibid.*, p. 85.

52 Um patamar estabilizado se lembrarmos que no final do primeiro mandato do governo Lula, em 2006, essa diferença ainda estava em 4,47. Dieese. “Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos”. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>.

Na esteira desse processo de mudanças na continuidade, se torna relevante observar a inclusão de toda uma nova geração de brasileiros no mercado de trabalho⁵³. Por outro lado, são jovens que, ao mesmo tempo que entravam no mercado de trabalho, representam a primeira geração de amplos setores da classe trabalhadora que conseguiu ter acesso ao estudo universitário - majoritariamente nas faculdades privadas e com baixa qualidade de ensino -, através de programas governamentais como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). São trabalhadores estudantes ou estudantes trabalhadores que tiveram acesso aos empregos amplamente vinculados ao setor de serviços, com alta rotatividade e flexibilidade. Constituíram toda uma nova geração de trabalhadores superexplorados que, ao mesmo tempo, foram incluídos na dinâmica do acesso aos bens de consumo e que vislumbravam a possibilidade de ascensão social mediante o ensino universitário. Pelas razões já mencionadas, logo se depararam com os limites do capitalismo dependente.

Sendo assim, confluindo todos os fatores explicitados - e uma porção de outros fatores que não foram considerados -, em função do aumento de alguns centavos na tarifa do ônibus e do metrô, em junho de 2013, o copo transborda e a população sai às ruas em manifestações inéditas para toda uma geração de brasileiros.

Ao princípio, as manifestações concentradas nas metrópoles brasileiras⁵⁴ foram compostas por partidos e movimentos de esquerda⁵⁵, sob hegemonia do Movimento Passe Livre (MPL), sendo convocadas pelas redes sociais e com ampla predominância de jovens. Não obstante o mote central dos protestos ser a suspensão do aumento do preço das tarifas ou “tarifa zero” – o que colocava como questionamento a mercantilização urbana, especificamente do deslocamento da população -, muitos manifestantes faziam analogias às exigências exorbitantes da FIFA - que colocava inúmeras condições e exigências para a realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo -, para reivindicar políticas públicas universais: “saúde padrão FIFA”, “educação padrão FIFA”, “transporte padrão FIFA”, diziam os cartazes dos manifestantes. Por outro lado, é importante observar uma nova dinâmica de manifestações, sem hierarquias, comícios, falas em caminhões de som, priorizando uma nova estética, jovem, alegre e criativa⁵⁶, mas que também recorria à ação direta, principalmente defensiva - assim que a polícia militar reprimia os manifestantes - e também ofensivas, atingindo principalmente locais que representam os símbolos de poder político e econômico.

53 “Do ponto de vista etário, nota-se que a maior parte das ocupações para trabalhadores de salário de base concentrou-se na faixa dos 25 aos 34 anos na década de 2000”. Marcio Pochmann. *op. cit.* p. 33, 35.

54 Não é nossa intenção fazer um resgate minucioso de junho, nem entrar nas diferenças regionais. Para ver um interessante estudo sobre as diferenças regionais de junho de 2013, com diversas linhas interpretativas: Cf. Alana Moraes; Bernardo Gutiérrez; Henrique Parra; Hugo Albuquerque; Jean Tible; Salvador Schavelzon (Orgs.). *Junho: Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

55 Há de se dizer que, apesar dos dirigentes e de uma parcela de militantes do PT se mostrar reticente e até condenar as manifestações, a Juventude do PT (JPT) esteve presente desde o início.

56 “Vem para rua, vem, contra o aumento”, era o cântico principal dos manifestantes, para convocar as pessoas para a mobilização. Também cantavam, em ritmo de festa, “quem não pula é tucano”, ao mesmo tempo que pulavam, demonstrando que não haviam tucanos nas manifestações (isto é, simpatizantes e/ou filiados do PSDB); e “era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádios”, em referência a contradição entre a “modernização” que o país vinha passando para sediar a Copa do Mundo, com a construção de instalações “modernas” concomitantemente à ausência de serviços públicos de qualidade.

Em São Paulo, as primeiras três manifestações não passaram de 10 mil pessoas cada, sendo extremamente depreciadas e criminalizadas pelos meios de comunicação e partidos da ordem, como se fossem manifestações desordeiras e violentas. No dia 13 de junho, dia que aconteceria o quarto ato, o jornal Folha de São Paulo publicou um editorial⁵⁷ pedindo ações mais contundentes da polícia militar e da prefeitura (comandada pelo prefeito Fernando Haddad, do PT). Geraldo Alckimin (governador do Estado, do PSDB) mobilizou, desde Paris, um contingente de 900 policiais entre Tropa de Choque, Força Tática, entre outras. O resultado foi uma violência que perdeu o controle, deixando dezenas de feridos, entre eles jornalistas - inclusive uma jornalista da própria Folha de São Paulo - e um fotógrafo que ficou cego⁵⁸, além de mais de 250 pessoas detidas - com cerca de 40 delas detidas antes mesmo de começar o protesto, inclusive um jornalista da revista Carta Capital⁵⁹.

A partir de então, a história das manifestações mudou completamente. Os meios de comunicação, que no dia 13, fizeram uma cobertura ao vivo das manifestações, tentando criminalizá-las com imagens de violência⁶⁰, nos dias seguintes mudaram sua postura completamente, tentando manipular as pautas dos manifestantes. A manifestação seguinte, ocorrida no dia 17 de junho, viu explodir o número de participantes em São Paulo e em várias regiões metropolitanas do país, com o Congresso Nacional, em Brasília, sendo tomado pelos manifestantes. O Brasil parava diante de manifestações multitudinárias, só comparadas com os atos pelas campanhas das Diretas Já. O perfil dos manifestantes, continuava sendo de jovens, mas agora setores da classe média tradicional, que levavam pautas diversificadas, se somavam àqueles que estavam desde o início. É importante frisar que, a partir do dia 17, o MPL perdeu o controle das manifestações diante da magnitude de pessoas de diversas origens sociais e com as mais diferentes pautas políticas. A energia das ruas transbordava para além dos conchavos políticos e da conciliação de classes.

Diante do pânico causado no sistema político, no dia 19 de junho, Fernando Haddad e Geraldo Alckimin buscam dar um fim nas manifestações, suspendendo o aumento do

57 “São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. [...]. É hora de pôr um ponto final nisso. [...] No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei”. “Editorial: Retomar a paulista”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml?loggedpaywall>>.

58 Sérgio Silva perdeu o olho esquerdo após ser atingido por um tiro de bala de borracha. O fotógrafo briga na justiça para que o Governo do Estado de São Paulo seja responsabilizado. “Novo julgamento do caso do fotógrafo Sérgio Silva acontece nesta quarta”. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2017/11/23/novo-julgamento-do-caso-do-fotografo-sergio-silva-acontece-na-proxima-quarta/>>.

59 “Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 240 detidos”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>>.

60 O programa “Brasil Urgente”, do canal Bandeirantes - conhecido programa pautado pelo sensacionalismo com que trata a criminalidade no país -, fez uma enquete perguntando se o telespectador concordava com a baderna (violência) nos protestos, ao mesmo tempo que mostrava a cidade de São Paulo ardendo em chamas. Para surpresa do âncora do programa, José Luiz Datena, a maioria das pessoas que votaram concordavam com a baderna, deixando o apresentador sem palavras e, de fato, demonstrando o “perigo” disruptivo que as manifestações poderiam adquirir.

preço dos bilhetes em São Paulo, com o mesmo ocorrendo no Rio de Janeiro. No dia seguinte, em 20 de junho, o Brasil veria a maior manifestação dessas jornadas, com mais de 1 milhão de pessoas nas ruas comemorando a redução das passagens em clima de festa e violência. Em Brasília, o Itamaraty foi ocupado e queimado; Rio de Janeiro e Belo Horizonte, indicavam que a maioria dos manifestantes que impulsionaram as marchas, se encaixava no perfil que conseguiu emprego nos anos 2000⁶¹; em São Paulo, ocorreram enfrentamentos entre manifestantes, com o MPL, o PT e os demais partidos de esquerda sendo expulsos do ato por setores conservadores, reacionários e grupos fascistas que se integraram às marchas⁶².

Embora seja correto dizer que essas manifestações tiveram um caráter multifacetado, o que possibilitou diferentes leituras, as jornadas de junho acabaram exacerbando as contradições que vinham se acumulando no seio do lulismo. A aliança de classes, voltada para a pacificação social, com vistas a reprodução do capitalismo dependente, era ultrapassada pelas demandas de políticas universais e pela crise do sistema político. O prenúncio de uma recessão que ensaiava se abater sobre o Brasil, diminuía o espaço para a conciliação entre os diferentes setores sociais representados no amplo arco de alianças dos governos petistas. Ao mesmo tempo, as classes dominantes que estavam no governo ou na oposição, viam esvaír a capacidade do PT de apaziguar as possíveis tensões sociais. Desse modo, o período de estabilização social, sustentado pelo lulismo, chegava ao fim.

Finalmente, é importante dizer que Dilma Rousseff desperdiçou uma das últimas chances que o projeto petista teve para radicalizar o processo. No auge do prestígio social de Lula, as lideranças desse projeto entendiam não haver um acúmulo de forças suficiente para dar passos mais ousados na direção das reformas de base e políticas públicas universais. Quando em junho de 2013, todo o sistema político ficou acuado em meio a manifestações que pediam por saúde, educação e transporte de qualidade, ao mesmo tempo que indicavam o cansaço com o sistema político, o PT se colocou como integrante da ordem burguesa e também se sentiu ameaçado. O conteúdo da pressão popular não diferia daquilo que propunha o projeto democrático e popular. No entanto, em 24 de junho, Dilma Rousseff reafirmava o pacto social dos últimos 13 anos. Dirigindo-se a todo o sistema político e propondo a adoção de cinco pactos nacionais - 1) responsabilidade fiscal e controle da inflação (reafirmando o neoliberalismo); 2) reforma política mediante um Plebiscito para a formação de uma Assembleia Constituinte⁶³; 3) a melhora na saúde (pedindo para que os governadores e prefeitos das

61 “Pesquisas da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção”. Ruy Braga. *Sob a sombra do precariado*. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

62 A música, “vem pra rua vem, contra o aumento”, havia sido modificada, por alguns manifestantes, para “vem pra rua vem, contra o governo”. A expulsão violenta de militantes de partidos de esquerda por manifestantes reacionários e fascistas, é um dado extremamente importante para entender como a direita perde o medo de ir para as ruas se manifestar - fato que não ocorria desde as marchas em apoio a intervenção militar, em 1964.

63 Essa foi a única proposta de reforma estrutural, podendo abrir espaço para uma participação mais direta e para a constituição de poderes populares. No entanto, no dia seguinte, o vice-presidente Michel Temer declarava para a imprensa que a proposta era inconstitucional, fazendo com que Rousseff recuasse.

mais diversas ideologias acelerassem investimentos); 4) a melhora na educação (reafirmando a importância da destinação de 100% dos *royalties* da exploração do petróleo para a educação); e 5) o aumento do investimento no transporte público – a máxima mandatária do país, perdeu a chance de dialogar diretamente com as manifestações e radicalizar o processo.

Atado na sua própria lógica e percebendo que o acúmulo de forças no âmbito institucional se esvaia, o lulismo acabou adotando como resposta uma “fuga adiante”, ou seja, uma repactuação com o sistema político e uma reafirmação do capitalismo dependente, saindo dessas jornadas ferido de morte⁶⁴ - ao passo que a avaliação do governo Dilma desabava⁶⁵.

A Copa do Mundo, a Operação Lava-Jato, as eleições de 2014 e o aprofundamento dos efeitos da crise mundial no país, confirmariam que a época de pacificação social havia chegado definitivamente ao fim. A fuga adiante do governo Dilma, não apenas não captou o limite que o lulismo havia chegado, como significou no acirramento da moderação do programa, com um fim dramático para a classe trabalhadora e os militantes de esquerda.

Nessa conjuntura, o tempo histórico parece andar mais rápido; dias equivalem a anos e análises de poucos meses ou até mesmo de dias já estão guardadas nas gavetas. Ao acompanhar os fatos de perto, ao orientar a reflexão para o calor dos acontecimentos, a sensação de mudança é patente: nada será como antes, amanhã. No entanto, dando alguns passos atrás, percebemos que a história, em realidade, completa mais uma volta no circuito fechado do capitalismo dependente. O desenvolvimento do subdesenvolvimento é produto da reprodução, em novas condições, da dependência. Assim, a sensação de incapacidade de acompanhar a velocidade que toma a história, que

64 “Finalmente, em junho de 2013, quando a revolta popular eclode em São Paulo e se alastra pelo Brasil, fazendo emergir as terríveis contradições de uma modernização fútil e de uma política econômica que ignora os interesses fundamentais da população, o governo do PT não hesitou em fechar fileira com a preservação da paz social e a defesa do status quo. O pânico com a presença do povo nas ruas selou a transformação definitiva do PT em partida da ordem. Enquanto as ruas ardiam, o comportamento de Fernando Haddad, Dilma Rousseff e Aloísio Mercadante – diletos pupilos de Lula – diante do clamor por mudanças radicais nas políticas públicas foi emblemático do novo modo de ser do PT. A imagem de Fernando Haddad ao lado do governador Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes, anunciando que financiaria a redução das tarifas de ônibus com cortes nos investimentos em saúde e educação, e, poucos dias depois, a figura circunspecta de Aloísio Mercadante, defendendo com unhas e dentes, a mando de Dilma, o compromisso inabalável do governo Federal com a austeridade fiscal, revelam o profundo divórcio entre a juventude trabalhadora que saiu às ruas para lutar por direitos coletivos e o Partido dos Trabalhadores comprometido até o pescoço com o mundo dos negócios”. Plínio de Arruda Sampaio Jr. *op. cit.*, p. 187.

65 Em contraste com as pesquisas do mês de maio, quando o governo Dilma batia recordes de apoio para o período (ver notas 43 e 44), ao final de junho, sua aprovação caía vertiginosamente, evidenciando a crise do petismo. De acordo com a pesquisa Datafolha de 27 e 28 de junho, a aprovação do governo caía para 30% e a desaprovação chegava aos 25%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>>. De acordo com a pesquisa Ibope realizada entre 9 e 12 de julho, a aprovação do governo caía para 31% ao passo que a desaprovação subia aos mesmos 31%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>>.

parece conter ares inéditos, é substituída pela possibilidade de ver os caminhos da reprodução do capitalismo brasileiro, de estar olhando para um museu de grandes novidades. De repente, descobrimos o real caráter da dependência brasileira, não obstante ter-nos feito acreditar sobre a possibilidade de sua humanização.

Referência Bibliográfica

ALBUQUERQUE, Hugo; GUTIÉRREZ, Bernardo; MORAES, Alana; PARRA, Henrique; SCHAVELZON, Salvador; TIBLE, Jean. *Junho: Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Partidos políticos e disputa eleitoral no Brasil*. São Paulo: EDUC, 2016.

BARBOSA, Nelson. “Dez anos de política econômica”. In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Os anos do povo”. In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos da economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y Dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1978.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOLDSTEIN, Ariel. *Prensa tradicional y liderazgos populares em Brasil*. Buenos Aires: Editorial A Contracorriente, 2017.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1982.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In: FERREIRA, Carla; MATHIAS, Luce; OSORIO, Jaime (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Teoría Marxista de la Dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2017.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho de base da pirâmide social no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SADER, Emir. “Brasil, de Getúlio a Lula”. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

_____. “A construção da hegemonia pós-neoliberal”. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SECCO, Lincoln. *História do PT: 1987-2010*. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.